

FUCAPE FUNDAÇÃO DE PESQUISA E ENSINO

JANIRA SILVA TOJAL RÊGO

**OS EFEITOS DA FORMAÇÃO E O CICLO ELEITORAL DOS
GESTORES NO *DISCLOSURE* VOLUNTÁRIO DOS INSTITUTOS
FEDERAIS**

**VITÓRIA
2022**

JANIRA SILVA TOJAL RÊGO

**OS EFEITOS DA FORMAÇÃO E DO CICLO ELEITORAL DOS
GESTORES NO *DISCLOSURE* VOLUNTÁRIO DOS INSTITUTOS
FEDERAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, da Fucape - Fundação de Pesquisa e Ensino, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis – Nível Profissionalizante.

Orientador: Dr^a Silvania Neris Nossa

**VITÓRIA
2022**

JANIRA SILVA TOJAL RÊGO

**OS EFEITOS DA FORMAÇÃO E DO CICLO ELEITORAL DOS
GESTORES NO *DISCLOSURE* VOLUNTÁRIO DOS INSTITUTOS
FEDERAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da
Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças,
como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Aprovada em 23 de novembro de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. SILVANIA NERIS NOSSA
Fucape Fundação de Pesquisa e Ensino

Prof. Dr. VALCEMIRO NOSSA
Fucape Fundação de Pesquisa e Ensino

Profa. Dra. ARILDA MAGNA CAMPAGNARO TEIXEIRA
Fucape Fundação de Pesquisa e Ensino

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço à Deus, pelo privilégio da minha existência, pela oportunidade de mais uma vitória e por estar perto de concluir esta etapa na minha vida.

Também agradeço à minha família, que contribuiu de forma indireta para a realização deste trabalho. Em especial, à minha filha Paloma, ao meu neto João e ao meu companheiro Helder, cujos estímulos, apoio e amor incondicionais foram influenciadores em todos os instantes. Aos amigos e familiares, especialmente, à minha sobrinha Brena, que esteve ao meu lado me ajudando durante todo este processo e ao meu irmão Henrique, que sempre me deu forças. Agradeço a outros também, que por conta do espaço reduzido, não conseguirei mencionar, mas ainda assim, os guardarei em meu coração, agracio por compreenderem a minha privação em diversas ocasiões, para me dedicar a este trabalho, obrigada por toda paciência que demonstraram para comigo, pela força e estímulo para eu nunca desistir.

Quero agradecer à professora Doutora Silvana Neris Nossa, por ser a expressão da palavra “mentora”. Por sua ajuda, complacência, acessibilidade e consideração, que foram fundamentais para o meu crescimento e aprendizado. Também aos meus outros professores, que através de seus conhecimentos, experiências, ideias e propostas, colaboraram substancialmente para nosso enriquecimento profissional, especialmente, à minha orientadora.

Sou grata aos meus colegas do trabalho e do mestrado, que sempre me deram forças, inspiração e apoio inestimáveis. Também incluo os professores das bancas das disciplinas de metodologia e tópicos, pelas valiosas contribuições e críticas construtivas.

“Optamos pela morbidade emocional porquê não queremos o desconforto dos enfrentamentos. Procrastinar as decisões importantes é a forma mais desonesta de infelicidade.” (Pe. Fábio de Melo)

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é verificar se a formação do administrador na área de gestão e o ciclo eleitoral dos reitores são determinantes do *disclosure* voluntário dos Institutos Federais (IF's). Este trabalho se trata de uma pesquisa empírica por meio de regressões estimadas no modelo *Probit*, utiliza-se de dados publicados nos portais eletrônicos dos IF's, relativos ao período de 2010 a 2019. A amostra da pesquisa foi composta por 38 IF's. A principal teoria utilizada para sustentar os achados quanto ao nível de *disclosure* voluntário foi a Teoria da Divulgação. As evidências empíricas mostram que os graus de evidenciação voluntária desses institutos tiveram um percentual de 74% do total da amostra, percentual considerado relativamente alto. Os resultados da análise de regressão permitiram identificar as características explicativas do grau de *disclosure* voluntário e responder à questão da pesquisa levantada no estudo. Assim, observou-se que para os institutos analisados, constatou uma associação positiva e significativa entre o ciclo eleitoral, pois em ano de eleição, em média, a divulgação voluntária é maior. Já a formação em *business* incide em menor *disclosure*, porém, nos casos de possuírem uma titulação na área de *business*, como o doutorado, é provável a obtenção de maior *disclosure*. Já o segundo mandato, pode estar associado à probabilidade de os IF's terem maior divulgação. As outras variáveis não foram significantes.

Palavras- chaves: Gestão Pública; Institutos Federais; *Disclosure* de Informações.

ABSTRACT

The objective of this research is to verify whether the administrator's education in the management area and the electoral cycle of the rectors are determinants of the Voluntary Disclosure of the Federal Institutes (FI's). This work is an empirical research by means of regressions estimated in the Probit model, it uses data published in the electronic portals of the FIs, relative to the period from 2010 to 2019. The research sample was composed of 38 FIs. The main theory used to support the findings regarding the level of voluntary disclosure was Disclosure Theory. The empirical evidence shows that the degree of voluntary disclosure of these institutes had a percentage of 74% of the total sample, a percentage considered relatively high. The results of the regression analysis allowed us to identify the explanatory characteristics of the degree of voluntary disclosure and to answer the research question raised in the study. Thus, it was observed that for the analyzed institutes, a positive and significant association was found between the electoral cycle, because in election years, on average, voluntary disclosure is higher. On the other hand, training in business results in less disclosure, but in cases where the institute has a specialization in the business area, such as a doctorate, it is likely to obtain more disclosure. The second mandate, on the other hand, may be associated with the likelihood of FIs having greater disclosure. The other variables were not significant.

Keywords: Public administration; Federal Institutes; disclosure of Information.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1. A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA.....	14
2.2. <i>DISCLOSURE</i> VOLUNTÁRIO X OBRIGATÓRIO	15
2.2.1. Formação de gestor na área de gestão.....	20
2.2.2. Ciclo eleitoral x divulgação voluntária.....	24
3. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	28
3.1. TIPO DO ESTUDO	28
3.2. MODELO ECONOMETRICO E VARIÁVEIS.....	33
3.2.1. Variável explicada - <i>disclosure</i>	35
3.2.1.1. Variável Explicada - Grau de disclosure voluntário.....	36
3.3. DETALHAMENTO DAS VARIÁVEIS E ESPECIFICAÇÃO DO MODELO	35
3.3.1. Variável Explicativa - Formação de Gestor na Área de gestão.....	36
3.3.1.1. Formação do gestor.....	37
3.3.1.2. Variável Explicativa – Ciclo Eleitoral dos Institutos Federais.....	38
3.3.1.3. Variável de Controle – Segundo Mandato.....	38
3.3.1.4. Variável de Controle – Especialização em Mestrado ou Doutorado..	38
3.3.1.5. Variável de Controle - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).....	39
3.3.1.6. Variável de Controle - Localização da Região.....	41
4. ANÁLISE DOS DADOS.....	44
4.1. ANÁLISE DESCRITIVA	44
4.2. ANÁLISE DE RESULTADOS E REGRESSÃO	46
4.3. DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....	49
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	533
REFERÊNCIAS.....	556

Capítulo 1

1. INTRODUÇÃO

Com o avanço da globalização e do progresso tecnológico, a ascensão da evolução social transportou para os dias atuais uma relação entre a administração pública e o cidadão, desta forma, trouxe meios para que os agentes públicos evidenciassem seus atos a partir das atividades desenvolvidas (Molinari & Clazer, 2015). Tais avanços exigem habilidades gerenciais maiores para atender este novo contexto social (Carvalho et al., 2009; Penengo, 1997).

Com o aumento da complexidade do trabalho e consequentemente uma maior exigência da eficácia do gestor, fomenta-se a discussão sobre uma nova gerência pública (*New Public Management – NPM*), onde se debate sobre as possibilidades e os desafios para as entidades públicas. Ormond e Löffler (1999) salientam que cada país deve observar suas particularidades e que não existe modelo determinado ou ideal.

Ao pensarem sobre um conceito de gerência pública, os autores destacam que a NPM possui o interesse em si mesma, a qual estabelece uma situação almejada da administração pública quanto ao funcionamento, estrutura e resultado (Ormond & Löffler, 1999). Para atingir este estado desejável, os administradores públicos se deparam com limitações e possibilidades na administração, fazem com que as expectativas e práticas da nova administração pública sejam transparentes para tomada de decisões sobre instrumentos de políticas públicas (Ormond & Löffler, 1999).

A questão mais discutida da nova gerência pública é a implicação para as relações de responsabilidade (*accountability*) entre os agentes públicos, cidadão e os órgãos de fiscalização no fornecimento de informações (Ormond & Loffler, 1999). Em *accountability*, a prestação de contas não deve ser entendida apenas como um ato meramente formal e burocrático, mas sim pela questão do controle social. Desta forma, os entes públicos devem criar mecanismos para que os cidadãos tenham acesso às informações de sua gestão por meio da *internet*, o canal global de comunicação.

Segundo Steccolini (2002), as instituições públicas são responsáveis pelo fornecimento de informações transparentes e claras sobre as atividades administrativas que praticam. Desse modo, as informações disponíveis ao cidadão fazem com que as ações realizadas pelos agentes públicos estejam evidenciadas e publicadas de maneira transparente e compreensível (Steccolini, 2002). A Teoria da Divulgação fundamentada na discricionariedade tem como base o fato de que a divulgação é um evento endógeno e de que os administradores têm incentivos econômicos para publicar, ou não, as informações não exigidas por lei (Verrecchia, 2001).

O tema *disclosure* é de alta importância para a discussão da organização, é considerado um dos modos mais relevantes dos administradores se comunicarem com o mercado em geral, um exemplo disso é a comunicação com investidores e a apresentação de desempenho organizacional. Embora a revisão da literatura evidencie a importância do *disclosure* para administração pública, verifica-se a ausência de pesquisas que mensuram o nível deste fator nos IFs, em específico sobre a divulgação voluntária.

Os estudos sobre esse tema têm como foco as informações obrigatórias. Monteiro (2014), por exemplo, analisou o cumprimento de obrigações vinculadas à transparência ativa em 53 Universidades Federais. Já Matos (2018), abordou a transparência ativa dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e o dever do contabilista.

A divulgação voluntária pode ser afetada pelo ciclo eleitoral e a formação do reitor na área de gestão. Embora existam fatores éticos que influenciem nas escolhas contábeis (Hendriksen & Breda, 1999), a literatura mapeia outras características dos administradores, as quais não são considerações éticas. Ainda assim, essas outras características também influenciam nessas escolhas, como por exemplo, as habilidades do administrador, a capacidade de gestão, o tipo da formação, as experiências anteriores de confiabilidade nos colaboradores, entre outras características pessoais (Koester, Shevlin, & Wangerin, 2017).

Na discussão sobre ciclo político, Sakurai e Menezes (2007), Klein (2010), Arvate, Mendes e Rocha (2010) apontaram evidências de que o ciclo político influencia nas decisões dos gestores. Inclusive, essa discussão é feita a luz da Teoria do Ciclo Político, à qual é vista como um viés proporcionada pela direção na gestão pública. O desejo de reeleição tem como influência a tomada de medidas pelos gestores públicos, assim, os administradores públicos tendem a adotar medidas populares nos períodos próximos a uma eleição, o que aumenta algumas despesas capazes de maximizar votos (Blais & Adeau, 1992).

No setor público, o nível de transparência dos dados sobre a gerência das contas públicas tem como suporte as leis de transparência (Lei Complementar n. 131, 2009) e de acesso à informação (Lei n. 12.527, 2011), as quais requerem que os dados sejam divulgados em tempo real, o que inclui quaisquer evidenciações de forma

discriminada sobre a execução financeira e orçamentária. Neste sentido, todas as instituições públicas devem prestar contas da utilização dos recursos de sua gestão, dentre estas instituições, apresentam-se os Institutos Federais (IF's) integrantes da administração pública.

A razão que justifica este estudo é a carência de pesquisas empíricas nacionais que mensurem a divulgação voluntária nos IF's. Para Avelino, Cunha, Lima, e Colauto (2014), as informações não devem se restringir às imposições legais. Os administradores públicos têm o interesse de publicar os relatórios financeiros e de outros dados públicos com o propósito de demonstrar aos cidadãos a gestão das finanças públicas e influenciar as opiniões sobre o efeito das políticas públicas (Alcaide Muñoz, Rodríguez Bolívar, & López Hernández, 2016)

As principais limitações desta pesquisa são: (1) subjetividade inerente à construção do grau de evidenciação, na identificação e quantificação dos dados constantes nos *sites*; e (2) segregamento dos itens de evidenciação entre o obrigatório e o voluntário.

Este estudo tem como objetivo verificar os efeitos da formação profissional dos gestores (reitores) e o ciclo eleitoral, em ano pré-eleitoral e eleitoral, devido o interesse do reitor permanecer no cargo, sobre o *Disclosure* voluntário dos IF's. Visa contribuir na melhoria das evidenciações divulgadas pelas entidades públicas com o intuito de aumentar as informações voluntárias concedidas aos cidadãos.

Destarte, a pesquisa se fundamenta e apresenta o cunho social por aumentar e disponibilizar conhecimento aos cidadãos sobre esse tipo de informação. Tem como potencial contributivo a ampliação crítica sobre as evidenciações voluntárias nos

portais eletrônicos dos IF's, levam em consideração que a *internet* é um meio de comunicação eficiente para propagação de conteúdos de relevância social.

A presente pesquisa se baseia na análise das informações voluntárias distribuídas no âmbito digital e repartidas em algumas categorias: geral, governança, financeira, desempenho, mapa estratégico, dentre outras. Para tal, foi criado um classificador do grau do *disclosure* voluntário, que tem como base os modelos estruturados.

Dito isso, a presente pesquisa apresenta duas hipóteses. A primeira se diz respeito ao fato de que a formação do gestor na área de gestão (seja em economia, contabilidade ou administração) possui influência positiva na divulgação voluntária. Já a segunda, sugere a influência do ciclo eleitoral dos reitores dos IF's nas divulgações voluntárias durante ano pré-eleitoral e eleitoral, devido ao interesse do reitor em permanecer no cargo. O período considerado compreende os anos de 2010 a 2019 e toma-se como objeto de análise os IF's.

Embora a literatura brasileira sobre *disclosure* seja ampla, a maior parte dos estudos se concentram no setor privado. Na esfera acadêmica nacional, a literatura se limita a estudar os *disclosures* voluntários e visa obter informações econômicas, financeiras e contábil, tem como foco o aumento da divulgação voluntária com o valor da empresa (Consoni, Colauto, & Lima, 2017; Costa, Correia, Paulo, & Lucena, 2018). Paralelamente a esses estudos, os estudos de Banks, Fisher e Nelson (1997) se concentram nos setores públicos, mas limitam-se a avaliar apenas um aspecto de cada vez, como o financeiro, a governança e a sustentabilidade, respectivamente.

Os resultados desta pesquisa demonstram uma associação positiva entre o grau de *disclosure* voluntário e a quantidade de informação publicada

voluntariamente, respaldadas na Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527, 2011), que foca em interatividade e boas praxes.

A metodologia empregada neste trabalho consiste em uma pesquisa empírica, em que foram utilizados dados publicados e disponíveis nos portais eletrônicos dos IF's. Dados qualitativos e quantitativos, extraídos das prestações de contas dos IF's dos estados brasileiros.

Capítulo 2

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA.

A história da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica se iniciou em 1909, por meio do Decreto nº 7.566, com a criação de 19 escolas de aprendizes artífices subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. No ano de 1930, passaram a ser supervisionadas pelo Ministério da Educação e Saúde Pública e em 1937, tornaram-se os liceus industriais. Em 1942, essa modalidade de ensino passou para uma categoria de ensino de nível médio e no ano subsequente, as instituições participantes desse estilo de metodologia, passaram a ser denominadas Escolas Industriais e Técnicas (Simionovski et al., 2013).

Em 1959, essas entidades se transformaram em Escolas Técnicas Federais, passaram a ser autarquias que possuíam autonomia financeira, didática e administrativa (Fernandes, 2009). No decorrer dessa época, também foi criada a rede de escolas agrícolas, designadas Escolas Agrotécnicas Federais, ligadas ao Ministério da Agricultura, que no período de 1967 migrou para o Ministério da Educação e Cultura (Simionovski et al., 2013).

Na década de 1970, o avanço econômico deu início à oferta do ensino técnico e profissional, fez com que as Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro passassem a ser Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's), com o propósito de formar engenheiros de operação e tecnólogos. No período de 1990, diversas escolas técnicas e agrotécnicas passaram a ser chamadas de CEFET's, e assim foi instituída a estrutura nacional de educação tecnológica.

No período de 2005, os CEFET's possuíam 144 unidades, com projeto que visava 366 unidades até o ano de 2010, estes números propuseram a urgência de discutir como estas organizações se aparelhariam e qual seria seu papel para a sociedade e para o progresso do país (Simionovski et al., 2013).

Como consequência dessa discussão, foi aprovada a Lei n. 11.892 (2008), que criou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, à qual respaldou o estabelecimento dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, ligados ao Ministério da Educação (Fernandes, 2009). Diversos IF's resultaram da mudança ou incorporação de Escolas Técnicas Federais e Escolas Agrotécnicas Federais, que com a junção passaram a constituir uma única autarquia.

Segundo Tavares (2012), com a esperança de chegarem a 1.000 unidades até o final do decêndio, ofertaram-se cursos técnicos, em sua maior parte, integrados com o ensino médio, graduações tecnológicas e licenciaturas, especializações, doutorados e mestrados, tiveram como foco a inovação tecnológica à pesquisa aplicada. Atualmente, existem 644 unidades organizadas em 38 IF's. E esta pesquisa se limitou aos 38 institutos e não incluiu as unidades.

2.2. *DISCLOSURE* VOLUNTÁRIO X OBRIGATÓRIO

O *disclosure* das informações contábeis é matéria recorrente nos trabalhos pós-convergência das normas contábeis no setor público, é através da divulgação dos dados contábeis, administrativos e sociais que os cidadãos podem conhecer os atos fomentados pelas entidades públicas (Avelino, Colauto, & Angotti, 2012). O *disclosure* voluntário se refere às informações que, apesar de não serem exigidas por lei, são fundamentais para complementação das demonstrações contábeis obrigatórias, isso

porque utiliza uma linguagem menos técnica e de fácil compreensão (Iudícibus, Martins, Gelbcke, & Santos, 2006).

No setor público, o *disclosure* passa a ter destaque importante, visto que a transparência da gestão pública é uma condição necessária para o cumprimento de qualquer democracia. Embora não seja suficiente, uma vez que só existe controle efetivo dos administradores se suas ações forem devidamente informadas ao cidadão (Loureiro, Teixeira, & Prado, 2008). Desse modo, verifica-se que a divulgação de certas corporações vai além do exigido por lei, dado que os gestores da corporação dispõem de informações adicionais as quais a divulgação não é obrigatória, optam em divulgá-las, ou não, a depender da situação (Murcia & Santos, 2009).

O setor público brasileiro ainda é resistente à divulgação das informações voluntárias e o administrador governamental está mais propenso a atender (de forma incompleta) às práticas de evidenciação obrigatória, que caso descumpridas, terão sanções legais aplicáveis pelos órgãos de fiscalização (Bairral, Silva & Alves, 2015). Desse modo, as práticas de evidenciação voluntária da utilização regular dos recursos públicos ainda demandam consideráveis melhorias (Bairral et al., 2015).

De acordo com Steccolini (2002), as instituições públicas são responsáveis por disponibilizarem informações compreensíveis e transparentes à sociedade sobre as atividades públicas que desempenham. Todavia, os níveis de transparência da informação pública podem estar associados aos incentivos que aumentam ou impedem o administrador público de publicar a informação (Steccolini, 2002).

Fundamentado no estudo de Franco, Rezende, Figueiredo e Nascimento (2014), pode-se afirmar que a contabilidade tem como objetivo principal a declaração de informações úteis aos seus usuários externos e internos. Ao partir dessa premissa,

conclui-se a importância que a divulgação de informação exerce dentro da contabilidade e suscita o grande número de estudos desenvolvidos em todo o mundo, que investigaram a prática de divulgação de informação obrigatória e voluntária (Ponte, Oliveira, Moura, & Carmo, 2007).

Verrecchia (2001) reitera que não há um modelo central e abrangente da Teoria da Divulgação, no entanto, se estende por três áreas (economia, finanças e contabilidade) que inevitavelmente apresentam características das três literaturas. Diante de tal contexto, o autor buscou propor uma teoria ampla sobre o assunto, classificou os diferentes modelos e propôs uma sistemática que integra três categorias sobre divulgação voluntária: (1) divulgação baseada em julgamento; (2) divulgação baseada em eficiência; e (3) divulgação baseada em associação (Verrecchia, 2001).

Salotti e Yamamoto (2005) explicaram esses conceitos de Verrecchia (2001): (1) a primeira categoria compreende as pesquisas que verificam o porquê de divulgar e quais vantagens a entidade tem para publicar; (2) a segunda categoria engloba as pesquisas as quais configurações de divulgação são as escolhidas ou as mais eficazes; e (3) a última categoria inclui os trabalhos que têm como propósito pesquisar a ligação entre a divulgação e as mudanças de conduta do consumidor.

Ayers, Schwab e Utke (2015) reconhecem que os estudos que verificam a divulgação obrigatória são menos atraentes dos que verificam a divulgação voluntária, e em maior parte, comprovam que as instituições cumprem as exigências da divulgação obrigatória. Complementam com a afirmação de que o cumprimento de exigências de divulgação obrigatória se baseia em incentivos que influenciam a divulgação voluntária (Ayers et al., 2015).

A transparência é fundamental para reduzir a assimetria de informações existentes entre a população e o gestor, tem sido cada vez mais explorada pela entidade pública e sobretudo, pelos meios eletrônicos disponíveis (Avelino et al., 2012). É um dos princípios fundamentais da administração pública e ganhou maior destaque no Brasil após a Lei de Transparência (Lei n. 131, 2009) e a mais recente, Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527, 2011). A partir disso, iniciou-se uma série de transformações sobre o relacionamento entre administrador público e cidadão, pois estabeleceu-se a obrigatoriedade da publicação de informações em uma linguagem fácil e acessível.

Diante desse contexto, é inserida a Teoria da Divulgação, que é fundamentada na discricionariedade e é estabelecida no fato de que a divulgação é um evento interno e que os administradores têm incentivos econômicos para publicar, ou não, algumas informações não exigidas em lei, de modo que os clientes externos dos relatórios financeiros sejam vistos como os usuários dessas informações (Verrecchia, 2001).

Na discussão sobre divulgação voluntária, Boff (2007) conclui que *disclosure* voluntário está relacionado ao cumprimento moral e ético das organizações, dado que as instituições consideram a relevância de divulgar informações ao seu público externo e interno.

No âmbito internacional, Maingot e Zeghal (2008) analisaram a divulgação voluntária de Indicadores de Desempenhos (PIs) em 44 universidades canadenses, divididas em graduação, abrangente e médico-doutor. As universidades na categoria médico-doutor divulgam seus dados em nível mais alto do que as instituições classificadas em nível abrangente ou graduado, desse modo, de acordo com seus resultados, a divulgação voluntária dos IFs é afetada positivamente pelo tamanho e pela missão das universidades (Maingot & Zeghal, 2008).

Em um estudo sobre a extensão da divulgação obrigatória e voluntária por empresas bancárias na Índia, Hossain (2008) relata em seus resultados que na divulgação de itens obrigatórios, a pontuação média foi de 88, enquanto para voluntária foi de 25. Os resultados também indicam que as variáveis tamanho, lucratividade, composição do conselho e disciplina são significativas (Hossain, 2008). Em contraposição, os resultados encontrados por Bakar, Saleh e Mohamad (2011), sobre a extensão da divulgação nos relatórios anuais dos Órgãos Estatutários Federais da Malásia, indicam um moderado nível de divulgação em seus relatórios. Observou-se que a maior divulgação foi encontrada na categoria desempenho, enquanto a menor, na governança. Na literatura nacional, Zuccolotto e Teixeira (2014) indicam que estados com condições socioeconômicas e fiscais mostram maior índice de transparência fiscal e que fatores políticos não mostraram efeitos. Já em uma análise dos 130 municípios mineiros em 2010, Avelino et al. (2012) reportam o tamanho do município como fator explicativo, além do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal e variáveis políticas.

Banks et al. (1997) avaliaram as divulgações dos relatórios anuais (1992 a 1994) das universidades na Inglaterra, País de Gales e Irlanda do Norte. Eles averiguaram que informações quantitativas e/ou qualitativas não haviam sido divulgadas e também constataram que, durante o período observado, não ocorreram mudanças estatísticas (Banks et al., 1997). Posteriormente, Nelson et al. (2003) rastrearam o desempenho anual das universidades canadenses e relataram as divulgações entre os anos de 1988 e 2000, o estudo observou poucas mudanças nas divulgações de responsabilidade até 1997.

Ismail e Abu Bakar (2011) analisaram a extensão da divulgação de responsabilidade nos relatórios anuais de onze universidades da Malásia e de alguns

países desenvolvidos. Este estudo revelou que a responsabilidade da divulgação foi mais elevada no grupo de universidades já estabelecidas, em comparação com as novas (Ismail & Abu Bakar, 2011).

Por fim, uma pesquisa direcionada ao setor público, feita por Avelino et al. (2012), teve o intuito de construir um índice de divulgação dos estados brasileiros e do Distrito Federal (DF) e em seguida, estabelecer uma relação entre o número de habitantes e o volume de recursos arrecadados por cada entidade pesquisada. Ao final do estudo, concluíram que os estados que apresentaram os melhores índices de *disclorure* foram São Paulo, Santa Catarina e Minas Gerais, e que houve relação significativa entre o nível de divulgação e as variáveis analisadas (Avelino et al., 2012).

2.2.1. Formação de gestor (reitor) na área de gestão

Desde 1980, os movimentos de reforma do Estado suprimiram o impedimento da máquina administrativa de agir como o normalmente esperado na gestão numa rede de instituições federais cada vez mais complexa e que envolvia um contexto internacional (Souza, 2002). Desse modo, a reforma administrativa sugerida na época era entendida como um processo, cuja expansão da capacidade administrativa e o aumento da diversidade da gestão organizacional do setor público era fundamental (Souza, 2002).

Organizações e pessoas se inserem em uma condição interposta pela complexidade, logo, é indispensável o desenvolvimento de habilidades e a formação com saberes múltiplos que dão possibilidades para um melhor desempenho no ambiente organizacional (Le Boterf, 2003). Os administradores exercem um dever fundamental neste processo, e a mobilização de suas habilidades gerenciais se

configura como uma ligação no deslocamento das habilidades individuais para as coletivas. Isso pode beneficiar o aperfeiçoamento das competências organizacionais, que requerem um conjunto de práticas relacionadas a capacidade cognitiva, ações efetivas em situações de trabalho (Brandão & Borges-Andrade, 2007).

Alguns estudiosos como Dutra (2004) propõem que atividades profissionais e diferentes contextos demandam categorias de habilidades. No entanto, Amaral (2006) elenca determinadas características esperadas dos administradores públicos diante da utilização do modelo de competências. Essas características incluem o aumento da responsabilidade, estar disposto a correr riscos, aprender coletivamente, saber lidar com a incerteza, questionar-se, assim como modificar sua capacidade de compreensão em relação aos benefícios trazidos pelo conhecimento adquirido com a prática (Amaral, 2006).

Por conseguinte, as habilidades relacionadas ao tipo de formação, se transforma em um instrumento estratégico de desenvolvimento e inovação (Souza, 2002). Entretanto, nos países latino-americanos e principalmente no Brasil, existe uma lacuna entre essa competência e as responsabilidades crescentes que os estados têm requerido nos últimos tempos (Souza, 2002).

Alguns teóricos apontam que a educação entendida como um aprendizado estruturado e formal é um dos elementos mais importantes na determinação do proceder político do cidadão, de acordo com o ponto de vista que prevalece na Ciência Política (Schlegel, 2010). Segundo o mesmo autor, mesmo em modelos multicausais, a educação tem sido apontada como preditor essencial para ações como se dispor a colaborar e apoiar a democracia.

Avelino et al. (2012), em sua pesquisa realizada nos municípios do estado de Minas Geras sobre a formação dos administradores municipais, constatou uma predominância de prefeitos (as) com curso superior, tanto em municípios pequenos (49,23%), quanto em municípios de médio e grande porte (78,46%), apesar da predominância ser maior nestes últimos. Nota-se previamente que a média do Índice de *Disclosure* Voluntário Municipal (IDV-M) dos municípios de pequeno porte aumenta à medida em que aumenta o nível de escolaridade do administrador do município, fato não verificado quando o foco da pesquisa vai para os municípios de médio e grande porte (Avelino et al., 2012).

Avellaneda e Gomes (2017) explicaram o desempenho municipal colombiano em função da qualidade do prefeito, consideraram que quanto mais instruído o prefeito, mais provável que os municípios colombianos tenham um desempenho mais alto em termos de provisão de educação, gastos sociais e arrecadação de propriedades tributárias. Devido à semelhança contextual entre municípios regionais e colombianos, como o nível de desenvolvimento, estrutura política e fracionária, e o duplo papel do prefeito como gerente e administrador.

Todavia, apesar de vários estudos apontarem para associação positiva entre comportamento político e escolaridade, há também evidências empíricas que mostram divergência dessa abordagem tradicional (Schlegel, 2010). Outro enfoque importante é apontado por Fleury e Fleury (2001), que enfatizam que a qualificação das habilidades individuais deve estar ajustada aos propósitos da instituição, isso cria uma ligação entre o plano estratégico e a gestão de pessoas.

Carpini e Keeter (1996) confirmaram que mesmo com o aumento dos níveis médios de instrução, o conhecimento sobre política não aumentou nos Estados Unidos entre os anos 50 e 90. Schlegel (2010). Entretanto, o estudo apresentou uma

análise de dados que expõe que o nível de escolaridade teve impacto no comportamento político do brasileiro, no entanto, de forma contrária à convencional, de forma que, confrontados com expectativas do enfoque tradicional, os efeitos do aumento na escolaridade média foram menores do que se presumiu.

Nesse contexto, as instituições federais passam por um período de transição com modificações que requerem a adaptação da gestão de pessoas com o advento da Lei n. 11.091 (2005), que determinou o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE) nas IFES, normatizados pelos decretos 5.285/2006 e 5.285/2006. Ademais, o decreto 5.707/2006 criou a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (PNDP), que instituiu um dos preceitos indicados no seu art. 1º, inciso III, que destacou a necessidade de "adaptação das competências solicitadas dos colaboradores aos propósitos das instituições, tendo como parâmetro o plano plurianual".

Dessa forma, as competências gerenciais são fundamentais na direção das mudanças, visto que são capazes de contribuir para o desenvolvimento de competências organizacionais, o que torna possível o aumento dos resultados sociais das IFES (Dutra, 2004). A atuação dos gestores das universidades públicas pode ser caracterizada como amadora, visto que esses dirigentes têm à docência como carreira, além da universidade federal normalmente não possuir uma cultura de capacitação de seus dirigentes (Campos et al., 2008).

Conforme estudo realizado sobre competências gerenciais nas IFES de Minas Gerais, Campos et al. (2008) apontam que, na última década, foi verificada a realização de dois cursos de capacitação com foco gerencial. O primeiro curso foi concluído entre 1996 a 2000 e abrangeu oito cursos focados em três planos gerenciais. Já o segundo, foi realizado em 2006 e também focou os três cursos em

planos gerenciais, trouxe como temas a gestão ética no serviço público, gestão de pessoas e planejamento estratégico.

Portanto, mostra-se necessária a reflexão sobre a gestão nos IF's e sua evolução ordenada para o futuro, busca-se preceitos e caminhos que assegurem sua eficácia e eficiência. Dentre os preceitos que influenciam a gestão dos IF's, está aquele segundo, o qual o estilo burocrático da administração pública era apoiado pela cultura peculiar dos servidores e é trocado por um modelo gerencial que almeja resultados. As novas mudanças na administração pública procuram adotar uma cultura de gestão empreendedora e flexível, que lhes permitam atuar de forma eficiente e ágil num mundo de rápidas mudanças (Guimarães, 2000).

Dito isso, este estudo pretende analisar os efeitos da formação (economia, contabilidade e administração) do administrador da área de gestão na divulgação voluntária dos IF's.

Logo, é possível formular a seguinte hipótese de pesquisa:

H1: A formação (economia, contabilidade, administração) do gestor (reitor) da área de gestão apresenta influência positiva na divulgação voluntária.

2.2.2. Ciclo eleitoral x divulgação voluntária

De acordo com a Teoria da Agência de Jensen e Meckling (1976), A sociedade concede ao gestor público o dever pela execução de atividades de seu interesse. A evidenciação contábil é entendida como mecanismo de suporte à *accountability*, propicia a diminuição do problema da assimetria informacional entre a sociedade e o Estado (Bairral, Ferreira, & Bairral, 2013).

Conforme Cruz, Ferreira, Silva e Macedo (2012), a assimetria da informação se dá tanto pela incapacidade da sociedade fiscalizar o comportamento e o trabalho do gestor, quanto pelos interesses conflitantes. Ao tomar decisões, o administrador pode escolher possibilidades que lhe beneficiem em detrimento dos interesses da sociedade e como os resultados do gestor são analisados em relatórios de desempenho e informações contábeis, ele pode divulgar informação assimétrica ou incompleta (Cruz et al., 2012).

A Teoria dos Ciclos Políticos também pode ser vista como um viés proporcionado pela regência na gestão pública, a vontade de reeleição influencia na implantação de medidas pelos administradores públicos (Blais & Nadeau, 1992). Desta forma, os gestores públicos têm como tendência a adoção de medidas populares nos períodos próximos a uma eleição, o que aumenta algumas despesas capazes de maximizar votos (Blais & Nadeau, 1992).

Siqueira (2016) expõe Nordhaus (1975) como o pioneiro no assunto sobre ciclos políticos e aponta que em uma democracia perfeita os gestores aproveitam a memória curta do eleitorado e aplicam políticas macroeconômicas injustas. Dado que nos dois primeiros anos de mandato tendem a combater a inflação e, conseqüentemente, elevam o índice de desemprego (Siqueira, 2016). Contudo, no período que antecede as eleições, a taxa de inflação é elevada para diminuir o índice de desemprego com a intenção de conquistar eleitores (Siqueira, 2016). Da mesma forma ocorre nos estudos de Sakurai e Menezes (2007), Klein (2010), Nakaguma e Bender (2006) e Arvate et al. (2010), provas de que o ciclo político influencia nas decisões dos gestores.

Bakar et al. (2011) afirmam que, no âmbito público, o cidadão deve possuir o direito de saber das informações contábeis das instituições públicas para averiguar se

tais recursos são aplicados de forma adequada por parte dos gestores. Desta forma, os órgãos públicos assumem responsabilidade com a sociedade e devem a ela transparência quanto à disponibilização de suas informações (Bakar et al., 2011).

A *internet* se apresenta como uma opção de baixo custo e de grande abrangência para divulgação das informações (Serrano-Cinca, Rueda-Tomás, & Portillo-Tarragona, 2009). Ela proporciona a divulgação de maneira rápida e simultânea para a sociedade e aumenta o controle das ações dos gestores (Laswad, Fisher, & Oyelere, 2005). Assim, seu uso facilita a comunicação entre os cidadãos e gestores, o que gera uma nova ferramenta para prestação de contas (Wong & Welch, 2004).

Rocha e Costa (2016) examinaram os motivos para o *disclosure* voluntário dos demonstrativos contábeis em *sites* eletrônicos dos municípios do estado do Rio de Janeiro. As conclusões encontradas mostram que os municípios em que o prefeito está no segundo mandato tendem a publicar voluntariamente seus demonstrativos contábeis, assim como os municípios que violaram as imposições da Lei de Responsabilidade Fiscal e os municípios onde a proporção da população com graduação é maior.

Nessa mesma vertente, Gandía e Archidona (2008) apresentaram como propósito de sua pesquisa, a análise da quantidade de informação divulgada na *internet* pelos grandes municípios espanhóis e os fatores que afetavam os níveis de divulgações examinados. O estudo afirmou que quanto maior a disputa política, o acesso à educação, à *internet* nos domicílios dos municípios e a visibilidade da imprensa, maior é o nível de informação nos *sites* dessas localidades.

No Brasil, Rátis e Costa (2012) pesquisaram os motivos determinantes para a tardia divulgação das contas públicas anuais nos municípios do Espírito Santo. Os resultados encontrados apontam que a demora nas divulgações das contas públicas capixabas está positivamente associada com o grau de escolaridade do governante e com questões de disputa política, e negativamente associada com o porte do município e com as limitações regulamentares (Rátis & Costa, 2012).

Covre e Mattos (2018) investigaram os indicativos de situação fiscal e informações eleitorais de 5.562 municípios brasileiros no período de 2006 a 2015, com a utilização de dados em painel espacial dinâmico. As conclusões evidenciaram a existência de diferenças na situação fiscal dos municípios em períodos de eleição, da mesma forma que há um efeito de continuidade da situação fiscal durante o período.

Portanto, este estudo pretende analisar se o ciclo eleitoral tem influência nas divulgações voluntárias dos IF's. O período foi segregado em pré-eleitoral (ano a que antecede as eleições) e ano eleitoral (ano das eleições), devido o interesse do reitor permanecer no cargo. Dessa maneira, considerou-se que o gestor (reitor) é eleito por meio de consulta pública por docentes, discentes e técnicos administrativos, e assim permanece no cargo em um período de 04 anos e pode ser reconduzido à esta função apenas uma vez (Lei n.11.892, 2008).

Logo, é possível formular a seguinte hipótese de pesquisa:

H2: O ciclo eleitoral (ano pré-eleitoral e eleitoral) dos IF's tem influência nas divulgações voluntárias.

Capítulo 3

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1. TIPO DO ESTUDO

Neste tópico, descrevem-se as etapas que serão descritas no desenvolvimento da metodologia, leva-se em conta o início da pesquisa exploratória até a análise e interpretação das informações coletadas. Para a coleta das informações foram considerados 38 IF's.

Esta pesquisa se caracteriza como teórica-empírica, pois tem em vista explicar a relação entre o grau de *disclosure* voluntário dos IF's dos estados brasileiros e sua relação com a formação do reitor e o ciclo eleitoral.

Com o objetivo de verificar os efeitos da formação do reitor e do ciclo eleitoral no *disclosure* voluntário dos IF's, utilizou-se na pesquisa de *check-list* as informações financeiras e de gestão dos IF's escolhidos para esta pesquisa. O envio foi por meio de seus respectivos portais eletrônicos, assim, foram estimados os modelos empíricos e utilizou-se o modelo de regressão múltipla *Probit*, uma vez que, quanto mais se divulga, maior é o *disclosure* voluntário, que se aproxima do quartil 4.

A metodologia deste estudo pode ser classificada como de cunho documental, visto que a aplicação da métrica de Murcia e Santos (2009) e o levantamento do fator determinante foram feitos por meio da análise dos demonstrativos financeiros, das notas explicativas, dos relatórios anuais de gestão e as informações dos IF's dos estados brasileiros disponíveis em seus respectivos portais eletrônicos.

Para o emprego da exploração de conteúdo, é essencial a definição de categorias e subcategorias com a finalidade do texto ser associado e classificado por meio de características em comum dos dados analisados. Ou seja, relacionam-se as informações semelhantes em categorias, com a finalidade de expor melhor os resultados (Bardin, 2004).

Porém, percebe-se que um dos principais problemas nas pesquisas acerca da divulgação das organizações é a definição dos possíveis itens (informações) que são esperados nos relatórios contábeis (Cooke, 1989; Owshu-Ansah, 1997). De acordo com Wallace e Nasser (1995), não há uniformidade sobre os itens que devem ser escolhidos para a elaboração da métrica que avalia o *disclosure* e essa escolha, em geral, decorre do interesse da pesquisa.

Empregou-se a métrica de Murcia e Santos (2009) para a criação do grau de divulgação voluntária (figura 2), determinado com base em um conjunto de 46 quesitos binários e objetivos. As respostas formadoras da figura 2 foram alcançadas com base em dados secundários, onde respostas positivas foram equivalentes a 1, e as negativas, a 0. Desse modo, a métrica é construída por 6 categorias e 46 subcategorias: (1) Categoria geral, que compreende 9 subcategorias; (2) Categoria governança, a qual abarca 5 subcategorias; (3) Categoria finanças, engloba 5 subcategorias; (4) Categoria desempenho, reúne outras 6 subcategorias; (5) Categoria mapa estratégico, que possui 1 subcategoria; e (6) Categoria outros, que abrange 20 subcategorias.

A categoria geral permite verificar se a divulgação de informações sobre a estrutura administrativa dos IF's é capaz de despertar a atenção do público de destino e ainda, se essas informações são de fácil entendimento para a sociedade. Nesta

categoria são divulgadas informações corporativas, objetivos da instituição, histórico do órgão, assim como o *layout* dos relatórios disponibilizados nos portais eletrônicos.

A categoria governança tem o propósito de prover ao cidadão informações sobre o quadro da gestão. Como por exemplo, se sua estrutura e responsabilidade estão expostas de forma clara e objetiva, e se o orçamento planejado está de acordo com as normas de boas práticas de governança para participação e controle social.

A categoria financeira tem como objetivo possibilitar ao cidadão o acesso aos demonstrativos financeiros e orçamentários dos IFs, e verificar se eles estão de acordo com as legislações contábeis obrigatórias. Salienta-se que não é exigida a apresentação dos demonstrativos financeiros nos relatórios de gestão anuais das entidades públicas, leva-se em consideração que essas demonstrações são disponíveis, para os órgãos de controle, no Sistema de Administração Orçamentária e Financeira (SIAFI) do governo federal. Porém, essas informações podem ser utilizadas pelos cidadãos, de acordo com as boas práticas de governança para participação e controle social, que visa uma boa gestão.

O grupo da categoria desempenho refere-se às informações sobre os indicadores de desempenho da administração pública. Seu propósito é garantir ao cidadão o acesso aos relatórios que evidenciam o desempenho da gestão através desses indicadores. Ou seja, verificar se as ferramentas projetadas para nortear as ações governamentais são implementadas pela administração pública (Bairral et al., 2015).

A categoria mapa estratégico é uma ferramenta no portal eletrônico que contribui para facilitar o acesso às informações por parte do cidadão, evita que o

usuário se perca diante de uma estrutura ou *layout*, que as vezes é carregada de informações visuais e textuais (Santana, 2008).

A categoria outros tem por objetivo verificar a facilidade e disponibilidade de comunicação da sociedade com os institutos por meio de formulários eletrônicos. Verifica-se a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, o que permite que as informações disponibilizadas sejam acessíveis a todos. Essa categoria é de grande importância, pois certifica a existência de *links* específicos para o acesso à informação sobre áreas de grande interesse social, como a socioambiental, sobre alunos e servidores e sobre a publicação de compras e licitações (Bairral et al., 2015).

A categoria outros é responsável por averiguar a disponibilidade do portal de transparência na *homepage* de cada instituição, além de examinar a possibilidade da publicação de informações dos institutos por intermédio das mídias sociais, como Instagram, Facebook, Twitter, entre outras, o que facilita a disseminação de informações à sociedade e aos órgãos de controle.

Figura 2 – Métrica para avaliação do grau de *disclosure* voluntário dos Institutos Federais do Brasil com adaptações dos itens para sua realidade:

Categoria	Subcategoria
Categoria Geral	1. Histórico do relatório de Gestão
	2. Layout dos Relatórios-utilização de recursos gráficos
	3. Histórico do órgão
	4. Objetivo do órgão
	5. Informação corporativa
	6. Mensagem sobre a gestão
	7. Diretoria ou equivalente
	8. Relacionamento com fornecedores
	9. Estrutura organizacional
Categoria Governança	10. Governança da diretoria ou equivalente

	11. Auditoria interna
	12. Controles internos
	13. Composição dos diretores
	14. Apresenta o orçamento (Planejamento)
Categoria Financeira	15. Demonstrações financeiras
	16. Certificado financeiro
	17. Análise do desempenho do orçamento
Categoria Financeira	18. Apresenta o Balanço Social
	19. Execução orçamentária e financeira detalhada
Categoria Desempenho	20. Indicadores de desempenhos
	21. Indicadores de satisfação usuário
	22. Indicadores de servidores
	23. Visão geral dos programas governamentais
	24. Desempenho dos programas governamentais
	25. Indicadores de eficiência
Categoria Mapa estratégico	26. O site do órgão apresenta a ferramenta “MAPA” que facilita a busca de informações por parte do cidadão
Categoria	Subcategoria
Categoria outros	27. Formulário eletrônico
	28. Acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência
	29. Recursos humanos
	30. Informação socioambiental
	31. Principais ativos
	32. Compras
	33. Consultores
	34. Licitações e contratos
	35. Transferências
	36. Tecnologia da informação
	37. Outras informações
	38. Apresenta <i>link</i> específico para alunos
	39. <i>Link</i> para os servidores
	40. Patrocinadores
	41. Fale conosco (CONTATO)
	42. Instagram
	43. Facebook
	44. Twitter

	45. Flickr
	46. Apresenta um portal de transparência

Figura 2: Itens observados

3.2. MODELO ECONOMETRICO E VARIÁVEIS

Para a estimação da relação estudada, utilizou-se a equação do modelo de regressão múltiplo *Probit* e *Probit Ordenado*.

$$P\left(GDV_{it} = \frac{1}{x}\right) = \beta_0 + \beta_1 F.Gestor + \beta_2 C.Eleitoral + + \sum_3^9 Controles + \varepsilon_{it}$$

Probit Ordenado:

$$P\left(GDV_{it} = \frac{j}{x}\right) = \beta_0 + \beta_1 F.Gestor + \beta_2 C.Eleitoral + \sum_3^9 Controles + \varepsilon_{it},$$

$$j=\{1,2,3,4\}$$

Onde:

- GDV_{it} : é o grau de divulgação voluntária do instituto i no período t, variável explicada quantitativa;
- F.Gestor: é a variável explicativa formação do gestor na área de gestão;
- C.Eleitoral: é a variável explicativa ano eleitoral e ano pré-eleitoral.

Na figura 3 estão os detalhes acerca dessas variáveis, como suas fórmulas, descrições, autores que fizeram uso destas variáveis e resultados esperados.

Variável	Sinal Esperado	Descrição	Fonte	Literatura
Variáveis Explicada				
GDV	(+)	Grau <i>disclosure</i> voluntário	Portal eletrônico dos IF's	Murcia e Santos (2009); Bakar et al. (2011); Consoni et al. (2017) e Maingot e Zeghal (2008)

		1º Quartil 1 2º Quartil 2 3º Quartil 3 4º Quartil 4		Maior divulgação, maior <i>disclosure</i> voluntário
	<i>Probit</i>			
Variável	Sinal Esperado	Descrição das Variáveis	Fonte	Literatura
Variáveis explicativas				
Formação do reitor	β_1 (+)	<i>Dummy</i> Formação de Gestor na área de gestão: economia, administração, contábil, sendo 1 Possui, 0 demais casos	Portal eletrônico dos IF	Schlegel (2010) e Avelino et al. (2012)
Ciclo eleitoral	β_2 (+)	<i>Dummy</i> sendo 1 ano eleitoral e 0 nos demais casos <i>Dummy</i> sendo 1 ano pré-eleitoral e 0 demais casos	Diversos	Avellaneda e Gomes (2017)
Variáveis de controle				
Segundo mandato do Reitor	B_3	<i>Dummy</i> sendo 1 que está no 2º mandato e 0 nos demais casos	Diversos	Avellaneda e Gomes(2017)
Titulação do Reitor(mestrado/doutorado)	B_4	Sendo 1 que possui mestrado, 0 demais casos. Sendo 1 que possui doutorado, 0 demais casos	Portal eletrônico dos IFs	Souza (2002)
Variável	Sinal Esperado	Descrição das Variáveis	Fonte	Literatura
IDH	B_5 (+)	Índice de Desenvolvimento Humano sendo 1 Influência, 0 demais casos	PNUD (2012)	Dias, Nossa e Monte-mor (2018) e Avelino et al (2012)
<i>LOC.SE</i>	B_6 (+)	O Instituto está localizado no Sudeste sendo 1 Influência, 0 demais casos	Portal eletrônico IFs, IBGE	Mapa do Brasil
<i>LOC. SU</i>	B_7 (+)	O Instituto está localizado no Sul sendo 1 Influência, 0 demais casos	Portal eletrônico IFs, IBGE	Mapa do Brasil

<i>LOC.NO</i>	B ₈ (+)	O Instituto está localizado no Norte sendo 1 Influência, 0 demais casos	Portal eletrônico IFs, IBGE.	Mapa do Brasil
<i>LOC.NE</i>	B ₉ (+)	O Instituto está localizado no Nordeste sendo 1 Influência, 0 demais casos	Portal eletrônico IFs, IBGE	Mapa do Brasil

Figura 3: Descrição das Variáveis

3.2.1. Variável explicada - *Disclosure*

3.2.1.1. Variável Explicada - Grau de *disclosure* voluntário

O Grau de *Disclosure* Voluntário (GDV) construído para esta pesquisa teve por base os estudos de Murcia e Santos (2009), Bakar et al. (2011) e Consoni et al. (2017). Portanto, as informações que compõem o GDV foram baseadas nos subsídios elencados anteriormente, em que o GDV foi composto por um conjunto de 46 quesitos binários e objetivos, na qual as respostas foram atingidas com base em dados secundários, onde respostas positivas foram equivalentes a 1, e as negativas, a 0.

Desse modo, a métrica é construída por 6 categorias e 46 subcategorias, divididas em: (1) categoria geral, que compreende 9 subcategorias; (2) categoria governança, a qual abarca 5 subcategorias; (3) categoria finanças, que engloba 5 subcategorias; (4) categoria desempenho, reúne outras 6 subcategorias; (5) categoria mapa estratégico, que possui 1 subcategoria; e (6) a categoria outros, que abrange 20 subcategorias. Na tabela 2, são apresentadas as categorias de informações englobadas pelo GDV.

3.3. DETALHAMENTO DAS VARIÁVEIS E ESPECIFICAÇÃO DO MODELO

Optou-se por incluir nesta pesquisa variáveis que representassem características pessoais dos gestores da instituição de ensino, assim, tomou-se por base a hipótese abordada por Loureiro et al. (2008), de que variáveis políticas (responsabilidade do gestor com a transparência, por exemplo) teriam mais a ver com grau de transparência da gestão pública do que as variáveis socioeconômicas. Dessa forma, foram selecionadas as variáveis de formação do gestor e do ciclo eleitoral do reitor.

Adicionalmente, foi inserida nesta pesquisa as variáveis de controle IDH e localização dos institutos por regiões, por considerar que pesquisas anteriores encontraram relações positivas entre nível de *disclosure* em portais eletrônicos e indicadores socioeconômicos. Visto que pressupõe-se que municípios mais desenvolvidos apresentam maior nível de evidenciação e atingem maior transparência em sua gestão. Para a análise dos resultados, foram utilizados modelos empíricos desenvolvidos e estimados com a utilização do modelo de regressão múltipla Probit.

A análise das informações colaborou para a construção de um grau de divulgação com um enfoque dicotômico e ponderado baseado nas informações contidas nos relatórios anuais de gestão publicados nos portais eletrônicos dos IF's. Portanto, fez-se uma verificação da literatura internacional e nacional, onde buscou-se o grau de divulgação voluntária por meio dos portais eletrônicos.

Na sequência, são apresentadas as variáveis selecionadas e as respectivas *proxies* que foram utilizadas.

3.3.1. Variável Explicativa - Formação do reitor na Área de gestão

3.3.1.1. Formação do reitor

A formação do reitor é outra variável considerada e se caracteriza como *dummy* por levar em consideração que se o reitor possuir graduação em qualquer área da administração (economia, administração, contábeis e gestão) será dado valor 1, caso contrário, 0. Esta variável será disposta no modelo para medir se há uma relação entre a formação do reitor na área de gestão e a influência da divulgação das informações, levou-se em consideração a análise dos gestores como reitor e não entraram na pesquisa os diretores dos *campi*.

3.3.1.2. Variável Explicativa – Ciclo Eleitoral dos Institutos Federais

O ciclo pré-eleitoral e eleitoral são outras variáveis analisadas e caracterizadas como *dummies*, atribuiu-se o valor 1 para o ciclo pré-eleitoral e caso contrário, 0. Para o ciclo eleitoral foi atribuído 1 e caso contrário, 0.

3.3.1.3. Variável de Controle – Segundo Mandato

Outra variável de controle que foi levada em consideração neste estudo, é a reeleição do reitor, ou seja, quando ocupa o segundo mandato. Para esta *dummy*, será atribuído o valor 1 para reitor que exerce o segundo mandato, e 0 nos demais casos. Desse modo, buscam-se indícios de influência do exercício do segundo mandato na divulgação de informações nos IF's.

3.3.1.4. Variável de Controle – Titulação em Mestrado ou Doutorado

Outra variável *dummy* de controle de natureza qualitativa foi coletada pelo Currículo Lattes, portal dos IF's e *site* Escavador, onde os reitores foram divididos em dois níveis de titulação, o mestrado e o doutorado. Se o reitor apresentar o nível de

mestrado, será dado valor 1, caso contrário 0. Se o reitor tiver doutorado será dado valor 1, caso contrário, 0. Esta variável será disposta no modelo para medir se há uma correlação entre a titulação do reitor e a influência da divulgação das informações, levou-se em consideração a análise dos gestores como reitor e não entraram na pesquisa os diretores dos *campi*.

Ao levar em consideração os estudos de Campos et al. (2008), a atuação dos gestores nas universidades públicas pode ser caracterizada como amadora, visto que esses profissionais têm o ensino como sua atividade principal. Ademais, essas instituições de ensino, na maioria das vezes, não têm a cultura de treinamento para seus gestores. Os pesquisadores constataram que na última década, os IFs tiveram dois cursos de treinamento com enfoque gerencial. O primeiro foi realizado entre 1966 a 2000, atenderam a oito cursos voltados para três níveis gerenciais. O segundo foi realizado em 2006, também contemplaram os mesmos níveis gerenciais, divididos em temas como gestão de pessoas, ética no serviço público e planejamento estratégico.

Em contraposto, Campos et al. (2008), citado por Silva (2000), destaca que uma capacidade geral obtida por professores, bem como a realização de um curso na área de doutorado em certa área do conhecimento, não prepara alguém para gerir uma universidade superior. O aperfeiçoamento de habilidades gerencias pode adicionar ou complementar a formação desses professores que são de áreas diversas, para que cumpram seus atos enquanto administradores com eficácia e eficiência.

3.3.1.5. Variável de Controle - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

A variável de controle que será elencada neste tópico é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), consideraram-se os estados onde estão localizados os IF's. O IDH é um indicador resumido para medir o progresso a longo prazo de três itens básicos do desenvolvimento humano: (1) vida longa e saudável; (2) acesso ao conhecimento; e (3) vida decente (medida pela renda) (PNUD, 2012).

Teoricamente, quanto maior o IDH do estado mais desenvolvido ele será. O que pode denotar, intuitivamente, que os órgãos localizados em locais com maior IDH possuam uma maior tendência a divulgar suas informações. Dias, Nossa e Monte-mor (2018), em seu estudo sobre as instituições do estado de Minas Gerais, concluíram que locais com maior IDH possuem maior fluxo de informações.

Avelino et al. (2012) utilizaram o IDH no seu estudo e encontraram relação significativa com o *disclosure* voluntário praticado pelos municípios mineiros. De forma similar ao considerado por Oliveira, Silva e Moraes (2008), Cruz et al. (2012) pressupõe que municípios mais desenvolvidos apresentam melhores níveis de evidenciação, o que resulta em maior transparência na gestão pública.

Alinhado com esses pensamentos, este estudo objetiva identificar a relação do IDH dos estados em que os institutos estão localizados e sua aplicabilidade no *disclosure* voluntário.

O último relatório divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), mostrou que o Brasil possui IDH igual a 0,765. Este índice apresenta variação entre 0 a 1 e é usado para medir as condições de vida das pessoas em nível particular ou geral. Entretanto, existem municípios, estados e regiões com maior ou menor índice de IDH (Atlas Brasil, 2019).

3.3.1.6. Variável de Controle - Localização da Região

Outra variável de controle levada em consideração neste estudo é a região onde estão localizados os IF's. As *dummys* foram definidas: atribuído valor 1 para os institutos localizados na região sul e 0 nos demais casos; 1 para os institutos localizados na região sudeste e 0 nos demais casos; 1 para os institutos localizados na região norte e nordeste e 0 nos demais casos; e 1 para os institutos localizados na região centro oeste e 0 nos demais casos. Isso foi feito com o intuito de analisar se o fato de pertencer a alguma região distinta incide na influência quanto à divulgação das informações.

Cabe ressaltar que historicamente o processo de expansão dos IF's no ano de 2010 trouxe maior responsabilização (*accountability*) e consequentemente redefiniu o papel dos gestores, devido à maior demanda do volume de recursos orçamentários. O que torna os níveis de transparência da informação pública mais elevados, níveis exigidos pela sociedade e órgãos de controle. Os principais dados utilizados nesta pesquisa foram retirados dos relatórios dos *sites* dos próprios IF's e no portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A base das informações analisadas nesta pesquisa foi endossada nos arquivos de todos os Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, bem como, a escolha do período, que se restringiu ao período de 2010 a 2019 com a intenção de obter dados significativos. Ademais, a escolha do conjunto de IF's revela sua importância para que se tenha uma comparação sólida quanto ao nível de informação que as instituições se propõem a divulgar para o cumprimento de seu papel social.

A análise de regressão é um método estatístico que permite inferir a relação de uma variável dependente com outras independentes, as variáveis explicativas para Gujarati (2006) podem ser quantitativas ou qualitativas. Têm como objetivo calcular e/ou prever o valor médio (da amostra) da primeira em termos dos valores conhecidos ou determinados (em amostras repetidas) das segundas. Vale ressaltar que esta pesquisa levou em consideração as variáveis explicativas quantitativas.

Neste estudo, se utilizou da regressão linear para averiguar se determinadas características das variáveis explicativas podem ser vistas como fatores explicativos para o grau de informação voluntária apontada por estes órgãos públicos (variável dependente).

Destaca-se que foram feitos testes para a averiguação dos principais problemas referentes aos pressupostos do modelo clássico de regressão linear. Como o teste Hausmann, que compara os modelos de efeitos aleatórios e fixos, e põe em evidência qual dos dois modelos se ajusta melhor sob as propriedades de eficiência dos estimadores não violados. A hipótese nula considera a utilização do modelo de efeitos aleatórios, caso a hipótese nula seja desprezada, conclui-se que os efeitos aleatórios podem estar associados com um ou mais regressores e assim, o modelo de efeitos fixos torna-se mais adequado (Gujarati & Poter, 2011).

O teste de Breusch-Pagan é usado para testar a heteroscedasticidade em um modelo de regressão linear (Breusch & Pagan, 1979). A hipótese nula é de que as variâncias dos erros são iguais e a hipótese alternativa é de que as variâncias dos erros são uma função multiplicativa de uma ou mais variáveis, esta(s) variável(eis) podem pertencer ao modelo em questão.

E para averiguação do risco de alta correlação entre as variáveis do modelo, aplicou-se a matriz de correlação de Pearson.

Capítulo 4

4. ANÁLISE DOS DADOS

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa quantitativa. Enquadra-se na classe dos estudos sobre *disclosure*, tem por base a discricionariedade e como propósito a apreciação da influência de algumas variáveis acerca da prática do *disclosure* voluntário de informações pelos IF's. A amostra da pesquisa é composta por 38 IF's. Neste sentido, neste tópico estão expostas as conclusões dos testes estatísticos realizados, como também os modelos de regressão e *logit* multinomial.

4.1. ANÁLISE DESCRITIVA

A Tabela 4 apresenta os resultados descritivos das variáveis aplicadas nos modelos.

TABELA 4: ESTATÍSTICA DESCRITIVA (ANÁLISE AGREGADA)

Variáveis	N	Média	SD	Mínimo	25%	Mediana	75%	Máximo
IDH	219	0,718	0,0483	0,631	0,665	0,731	0,746	0,824
Ciclo Eleitoral	219	0,502	0,501	0	0	1	1	1
Segundo Mandato	219	0,114	0,319	0	0	0	0	1
Formação em Business	219	0,0274	0,164	0	0	0	0	1
Mestrado Business	219	0,0731	0,261	0	0	0	0	1
Doutorado Business	219	0,0594	0,237	0	0	0	0	1
Média Disclosure	219	0,744	0,158	0,255	0,681	0,787	0,851	0,979
Dummy Disclosure	219	0,232	0,423	0	0	0	0	1
Quartil Disclosure	219	2,369	1,115	1	1	2	3	4

Fonte: Dados extraídos do STATA.

A média do IDH dos institutos analisados foi de 0,718 (entre 0,500 e 0,799) e conforme informações da PNUD (2012), encontra-se dentro da média que corresponde a um desenvolvimento humano relativamente alto. Corrobora-se com o pensamento de Cruz et al. (2012), pressupõe-se que municípios mais desenvolvidos apresentam melhores níveis de evidenciação e desta forma, atingem maior transparência eletrônica de sua gestão.

Sobre a variável ciclo eleitoral, a estatística descritiva revelou que do total da amostra da pesquisa, metade da amostra era em ano de período eleitoral e metade em período não eleitoral.

No que concerne ao segundo mandato é a *dummy* (0 ou 1), em média, 11,4% das observações o gestor (reitor) está no segundo mandato. Verificou-se que a formação do gestor (reitor) na área de negócios é 2,7%, percentual muito pequeno em relação ao tamanho da amostra. Destaca-se que há um aumento na formação em *business* a partir da titulação, totalizou um acréscimo de 7% no mestrado e 5,9% no doutorado. O que corrobora com a pesquisa de Almeida (2000), referente aos gestores das universidades brasileiras.

Percebe-se que a formação na área de negócios não é a inicial, os percentuais nessas variáveis indicam que, normalmente, os gestores(reitores) buscam um mestrado ou doutorado nessa área.

Contudo, a média de *disclosure* voluntário se apresenta com percentual de 74% de todos os itens (*checklist*) coletados nos *sites* dos IF's. Ademais, verificou-se que nenhum instituto divulga 100% do *disclosure* voluntário. No entanto, ao menos 1 faz 97% do total da amostra.

A tabela 5 apresenta os resultados do teste de média das variáveis aplicadas nos modelos.

TABELA 5: TESTE DE MÉDIA

Variável	Formação em Negócios	Formação em Outra Área	Diff	P-Valor
Média <i>Disclosure</i>	0,61	0,74	0,13	0,04**
Observações	6	213		
Variável	Ano Ciclo Eleitoral	Fora Ciclo Eleitoral	Diff	P-Valor
Média <i>Disclosure</i>	0,76	0,73	0,3	0,16
Observações	110	109		
Variável	Primeiro Mandato	Segundo Mandato	Diff	P-Valor
Média <i>Disclosure</i>	0,74	0,73	0,1	0,78
Observações	194	25		

Fonte: Dados extraídos do STATA.

Nota: *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1.

Destaca-se que esses resultados não são muito robustos por terem poucas observações. Ao analisar a média de *disclosure* para formação em negócios, percebe-se que a média de divulgação é menor do que em formação em outra área. Pode-se observar nos resultados do teste de média para formação em negócios, que a média é muito pequena, apenas 0,61 (6 observações) em comparação à formação em outras áreas, que apresentou índice de 0,74, com diferença de 0,13 e P-Valor de 0,04, dessa forma também é significativa a 5%.

Já para a média de *disclosure* de ano ciclo eleitoral e fora do ciclo eleitoral, os resultados são similares. Quando avalia-se a variável primeiro mandato e segundo mandato, apesar das médias serem muito próximas, a diferença não é significativa.

4.2. ANÁLISE DE RESULTADOS E REGRESSÃO

A Tabela 6 apresenta os resultados do teste de Probit ordenado linear das variáveis aplicadas nos modelos.

TABELA 6: PROBIT ORDENADO LINEAR

Variáveis	Ciclo Eleitoral	Formação Business	Mestrado Business	Doutorado Business	Segundo Mandato	IDH
Quartil 1	-1,006***	0,0171	-0,00659	-0,145*	0,0786	1,398*
	(0,0887)	(0,150)	(0,0633)	(0,0836)	(0,0641)	(0,825)
Quartil 2	-0,335***	0,00570	-0,00220	-0,0482	0,0262	0,466*
	(0,0859)	(0,0500)	(0,0211)	(0,0294)	(0,0220)	(0,279)
Quartil 3	0,262***	-0,00445	0,00172	0,0377	-0,0205	-0,364
	(0,0633)	(0,0391)	(0,0165)	(0,0232)	(0,0173)	(0,230)
Quartil 4	1,079***	-0,0183	0,00708	0,155*	-0,0844	-1,500*
	(0,0970)	(0,161)	(0,0680)	(0,0891)	(0,0685)	(0,866)
Observações	219	219	219	219	219	219

Fonte: Dados extraídos do STATA.

Nota: Resultado de Efeitos Fixos para Região e Período suprimidos

Erros padrões robustos entre parêntesis

*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Para a operacionalização do modelo Probit ordenado linear, o grau de divulgação voluntária dos IF's pesquisados foi distribuído em quartis para definir o grau de nível de *disclosure* voluntário, em que: 1º quartil – divulgação quase inexistente; até o 2º quartil – pouca divulgação; até o 3º quartil – alto índice de divulgação; e quanto mais próximo do 4º quartil – maior o nível de divulgação. Desta forma, por intermédio da utilização do modelo Probit ordenado interquartil, buscou-se analisar o efeito das variáveis explicativas especificadas no estudo sobre a possibilidade de ocorrência do evento de interesse, que nessa situação, concerne-se

à classificação dos IF's em diferentes graus de *disclosure* voluntários (pouco ou muito).

Desse modo, com o propósito de analisar os possíveis determinantes para a divulgação voluntária de dados financeiros e de gestão dos IF's dos estados brasileiros, por meio de seus respectivos portais eletrônicos, foram estimados os modelos empíricos com a utilização do modelo de regressão múltipla Probit, uma vez que quanto mais se divulga, maior *disclosure* voluntário, ou seja, mais se aproxima do 4º quartil.

Em relação à variável ciclo eleitoral, os resultados possibilitam afirmar que a probabilidade dos IF's estarem em 1º e 2º quartis diminui, enquanto que a probabilidade de estarem em 3º e 4º quartis aumenta. No que tange à variável doutorado em *business*, de acordo com o resultado, existe a viabilidade de migração do 1º quartil para melhores posições.

O IDH exibe resultado contrário, ou seja, quanto maior o IDH, maior probabilidade de permanência no 1º e 2º quartil. Esse resultado vai de encontro aos resultados analisados nas pesquisas de Oliveira et al. (2008), Cruz et al. (2012), por exemplo. Em seu trabalho, Cruz et al. (2012) presume que municípios mais desenvolvidos indiquem melhores níveis de evidenciação e atingem uma maior transparência eletrônica de sua gestão.

A partir dessa perspectiva, o ciclo eleitoral influencia nos *disclosure* das informações. Já a formação na área de *business* incide em menor *disclosure*. Contudo, se os reitores possuírem pós-graduação na área de *business*, como doutorado, por exemplo, os dados da pesquisa apresentaram resultado de que há

possibilidade de um nível mais elevado de *disclosure*. O segundo mandato pode estar associado à probabilidade da instituição ter maior *disclosure*.

Neste estudo, utilizou-se da regressão linear para certificar se determinadas características (variáveis independentes) podem ser vistas como fatores explicativos para o grau de divulgação voluntária, indicado pelos IF's (variável dependente). Foram efetuados testes no sentido de averiguar os principais problemas concernentes aos pressupostos do modelo de regressão linear, tais como: heterocedasticidade; multicolineariedade; e correta especificação da forma funcional.

TABELA 7: ESTIMAÇÕES REGRESSÃO MULTIVARIADA EM PAINEL COM EFEITO ALEATÓRIO, LOGIT, PROBIT

Variáveis	Média <i>Disclosure</i> (Efeitos Fixos)	Média <i>Disclosure</i> (Efeitos Aleat.)	Dummy <i>Disclosure</i> (Logit Painel)	Dummy <i>Disclosure</i> (Ef. Marginal)	Quartil <i>Disclosure</i> (Probit Ordenado)
Ciclo Eleitoral	0,0348* (0,0169)	0,0343** (0,0169)	1,182*** (0,290)	0,193*** (0,0480)	5,474*** (0,277)
Formação em <i>Business</i>	-0,209** (0,0766)	-0,188** (0,0845)	-0,108 (1,925)	-0,0176 (0,314)	-0,0930 (0,818)
Mestrado <i>Business</i>	0,0392 (0,0698)	0,0226 (0,0749)	-0,558 (1,106)	-0,0908 (0,179)	0,0359 (0,345)
Doutorado <i>Business</i>	0,0193 (0,0465)	0,0275 (0,0385)	1,277 (1,033)	0,208 (0,159)	0,787* (0,458)
Segundo Mandato	0,0167 (0,0464)	0,0133 (0,0455)	0,910* (0,493)	0,148* (0,0763)	-0,428 (0,348)
IDH		0,0700 (0,384)	-3,800 (6,016)	-0,619 (0,963)	-7,608* (4,407)
Constante	0,726*** (0,0125)	0,677** (0,266)	-5,118* (2,713)		
Efeito Fixo Região	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Efeito Fixo Tempo	Não	Não	Não	Não	Sim
Observações	219	219	219	219	219
R ²	6,1%				

Fonte: Dados extraídos do STATA.

Notas: Erros padrões robustos entre parêntesis, VIF Médio 2,49.

*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

p-valor do teste de Hausmann é igual a 0,861.

Conforme os resultados exibidos na Tabela 3, a média do *disclosure* com efeitos fixos controla as características relacionadas aos indivíduos que são fixos no tempo e aleatórias, indicam que a variável ciclo eleitoral tem efeito positivo na média

de divulgação voluntária em ano de eleição. Os resultados encontrados na variável formação em *business* têm, em média, menor *disclosure* em comparação com formação em outras áreas. Com relação ao teste de Hausman, o resultado indicou que não há diferenças sistemáticas na escolha pelo estimador de painel com efeitos aleatórios em detrimento do estimador de painel com efeitos fixos.

O IDH não varia no tempo, pois usa a mesma variável para todos os períodos, então some da regressão. As variáveis segundo mandato, mestrado e doutorado em *business* não são significativas.

A *dummy* de *disclosure* indica se o IF's está no último quartil (4º quartil) do *disclosure*, ou seja, o que mais realiza *disclosure*. Quanto a análise da variável ciclo eleitoral em época de eleição, observou-se que a probabilidade do IF's está no quartil superior é maior, ou seja, maior nível de *disclosure* do que em período não eleitoral. Quando se analisa a variável segundo mandato, percebe-se que, em média, reitores que estão no segundo mandato manifestam maior probabilidade de que suas instituições estejam no quartil superior (4º quartil), no que diz respeito à divulgação das informações.

4.3. DISCUSSÃO DE RESULTADOS

As evidências empíricas apontaram que os institutos, de modo geral, mostram um percentual de 74% da amostra de divulgação de informações voluntárias, exercem o controle social e *accountability*. A análise dos testes constatou uma associação positiva e significativa entre o ciclo eleitoral e maior *disclosure*, responde à questão de pesquisa levantada no estudo e passa a ser uma característica explicativa para

nível de *disclosure* voluntário. A formação em *business* não exerce influência no *disclosure*, portanto, não responde à questão da pesquisa.

Com a finalidade de possibilitar maiores inferências e atingir o objetivo geral desta pesquisa, foi estimado um modelo de regressão linear, com a finalidade de pesquisar se determinadas características das variáveis independentes podem ser consideradas fatores explicativos para o grau de *disclosure* voluntário. As evidências empíricas revelam que a formação do administrante na área de gestão incide em menor *disclosure* e levam a menor transparência na sua gestão pública, com percentual pequeno de apenas 2,7% do total da amostra.

Entretanto, embora pesquisas apresentem uma associação positiva entre escolaridade e comportamento político, como por exemplo a pesquisa de Avelino et al. (2012), existem também estudos que contrariam essa associação. Schlegel (2010) corrobora com pesquisa de Almeida (2000), que explicita que os gestores das universidades brasileiras não fazem o que ensinam nos cursos de administração e gerência e continuam com as práticas burocráticas. Salienta ainda que as circunstâncias em que são levados aos cargos de direção, frequentemente, levam os dirigentes a decidirem em detrimento de prestígio e simultaneamente de situações que evitem a perda do cargo e custos políticos.

Castro (2000) assegura que as instituições de ensino correm o risco de fracassar por causa de incompetência de sua gestão. Porém, se os gestores apresentarem uma especialização na área de *business*, como mestrado e/ou doutorado, provavelmente se obterá um maior nível de *disclosure*, como apontam os resultados da amostra. Assim, Campos et al. (2008), citado por Silva (2000), salienta que um conhecimento geral adquirido por professores ou até a realização do curso de doutorado, não prepara alguém para administrar uma instituição de ensino superior.

O aperfeiçoamento de habilidades gerenciais pode significar um complemento ou adição à formação desses professores que pertencem a diversas áreas, para que executem suas tarefas enquanto gestores com eficácia e eficiência.

Quanto a variável ciclo político dos institutos, os resultados apontam que houve uma associação positiva e significativa, pois em ano de eleição geralmente apresenta-se um *disclosure* maior e, conseqüentemente, maior transparência dos reitores na sua gestão. Dessa forma, encontra-se respaldo na teoria dos ciclos, além de ter sido corroborada nos estudos de Sakurai e Menezes (2007) e Klein (2010), as evidências encontradas nesta pesquisa apontaram que o ciclo político tem influência nas decisões dos governantes.

Diante do exposto, surge a necessidade de refletir sobre a gestão das instituições de ensino superior e sua perspectiva voltada para o futuro, o que norteia preceitos e caminhos que garantem sua eficácia e eficiência. Entre os preceitos que devem influenciar a gestão das universidades está o estilo burocrático da administração pública, que era apoiado pela cultura peculiar aos servidores e deve ser trocado por um estilo de gestão adequada aos desafios contemporâneos, com foco em resultados. As novas mudanças na administração pública procuram adotar uma cultura de gestão empreendedora, que lhes permita atuar de forma eficiente e ágil em um mundo de constantes mudanças (Guimarães, 2000).

Capítulo 5

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa foram avaliados os principais aspectos que explicam o nível de informações voluntárias dos Institutos Federais dos Estados Brasileiros em seus *websites*, nível construído pelo GDV, teve como base os estudos de Murcia e Santos (2009), Bakar et al. (2011), Consoni et al. (2017), e Maingot e Zeghal (2008), bem como a realidade dos IF's.

A métrica de Murcia e Santos (2009), usada para a criação do grau de *disclosure* voluntário, é medida a partir de um conjunto de 46 quesitos binários e objetivos, em que as respostas foram conseguidas a partir de dados secundários, onde a cada resposta positiva concedeu-se “1” e caso contrário, “0”. Deste modo, a métrica é construída por 6 categorias e 46 subcategorias, divididas em: 9 categorias gerais; 5 de governança; 5 de finanças; 6 de desempenho; 1 mapa estratégico; e 20 da categoria outros.

A amostra foi composta por 38 IF's. As variáveis analisadas foram: formação do reitor, ciclo eleitoral e variáveis de controle, segundo mandato e titulação do reitor (mestrado ou doutorado), IDH e regiões onde estão localizadas as instituições.

Ao definir os pontos principais desta pesquisa, constatou-se que a média de *disclosure* voluntário se apresenta com percentual de 74% de todos os itens coletados nos sites dos IF's, o que demonstra uma efetividade dos itens. Assim, atinge uma associação positiva do grau de *disclosure*, respaldadas na LAI e exerce o controle social e *accountability*.

Além disso, os órgãos públicos que apresentam maior nível de divulgação apresentam mais mecanismos de fiscalização das atividades do administrador público (agente) para os cidadãos (principais), de forma que o compromisso de um maior *disclosure* pode reduzir a assimetria informacional.

Ademais, constatou-se que o instituto com menor pontuação alcançou 25%, e o instituto com maior *disclosure* atingiu 97%. Desta forma, é possível afirmar que existe uma discrepância no nível de divulgação de informações voluntárias, pois apenas um IF alcançou mais de 95% no total da amostra. Isso demonstra uma diferença significativa em comparação ao IF com a menor pontuação.

Verificou-se que a evidenciação de informações voluntárias da gestão pública é de grande importância para o esclarecimento das ações da administração pública. Desta forma, espera-se que as instituições de cunho público disponham suas informações de forma mais eficiente, com o intuito de incentivar a participação popular em suas gestões, fomenta-se o exercício da cidadania. Assim, a análise dos testes constatou uma associação positiva e significativa entre o ciclo eleitoral e a média de *disclosure*, pois ocorre um aumento da mesma em comparação com anos não eleitorais, tanto para efeitos fixos, quanto para aleatórios.

Em síntese, o objetivo deste estudo foi verificar se a formação do administrante na área de gestão e o ciclo eleitoral são determinantes para o *disclosure* voluntário dos IF's. Nessa direção, por intermédio da análise dos dados das instituições, observou-se que a formação na área de *business* incide em menor *disclosure*. Porém, nos casos em que o gestor possui pós-graduação nesta mesma área, como doutorado, é provável que se obtenha um maior nível de *disclosure* por parte da instituição. Deste modo, pode-se afirmar que o objetivo deste estudo foi atingido.

Quanto ao segundo mandato, este pode estar associado à probabilidade de a instituição ter maior *disclosure*. As outras variáveis não são significativas.

Espera-se que este estudo tenha aberto caminho para que outros pesquisadores possam investigar a questão da divulgação voluntária de informações, faz-se um comparativo com a rede de ensino particular, assim como bibliografia para esses futuros trabalhos. É fundamental desenvolver novos estudos, mais detalhados e relacionados ao tema em questão, que fomentem o debate acerca da importância da divulgação voluntária no âmbito das respectivas instituições.

Por fim, sobre as limitações encontradas na pesquisa, destaca-se que para a consulta do *check-lists*, as informações foram buscadas apenas nos *sites* das reitorias dos IF'S, não foram acessados os portais eletrônicos dos *campi*, visto que eles têm autonomia financeira e administrativa, é possível que suas práticas sejam diferentes das reitorias. Da mesma forma, foram encontradas limitações na subjetividade inerente a construção do grau de evidenciação na identificação das informações constantes nas páginas eletrônicas dos IF'S. Assim, sugere-se para pesquisas futuras a extensão deste estudo aos *campi* dos IF'S.

Também se almeja que o presente estudo tenha fornecido informações valiosas para as autoridades competentes formularem políticas sobre os requisitos de divulgação de informação, se não para melhorar as políticas atuais no sentido de aumentar a transparência e a prestação de contas. Isso é importante, pois a formulação de políticas de qualidade e a tomada de decisões exigem conhecimentos objetivos baseados em fatos e experiência para salvaguardar os interesses públicos e promover o bem-estar de uma nação em particular.

REFERÊNCIAS

- Alcaide Muñoz, L., Rodríguez Bolívar, M. P., & López Hernández, A. M. (2017). Transparency in governments: a meta-analytic review of incentives for digital versus hard-copy public financial disclosures. *The American Review of Public Administration*, 47(5), 550-573.
- Almeida, E. P. D. (2000). *A universidade como núcleo de inteligência estratégica. Dinossauros, Gazelas & Tigres: novas abordagens da administração universitária*. Florianópolis: Insular.
- Amaral, H. K. D. (2006). Desenvolvimento de competências de servidores na administração pública brasileira. *Revista do Serviço Público - RSP*, 57(4), 549-563
- Arvate, P. R., Mendes, M., & Rocha, A. (2010). Are voters fiscal conservatives? Evidence from Brazilian municipal elections. *Estudos Econômicos*, 40(1), 67-101. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0101-41612010000100003>
- Atlas Brasil (2019). Atlas de desenvolvimento no brasil. Recuperado em 5 abril, 2022 de <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>
- Avellaneda, C. N., & Gomes, R. C. (2017). Mayoral quality and municipal performance in Brazilian local governments. *Organizações & Sociedade*, 24(83), 555-579. Doi: <https://doi.org/10.1590/1984-9240831>
- Avelino, B. C., Colauto, R. D., & Angotti, M. (2012). Política de evidenciação de informações do setor público no Estado de Minas Gerais. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 31(2), 47-62. Doi: <https://doi.org/10.4025/enfoque.v31i2.16079>
- Avelino, B. C., Cunha, J. V. A. da, Lima, G. A. S. F. de, & Colauto, R. D. (2014). Características explicativas do nível de disclosure voluntário de municípios do estado de Minas Gerais. *Race: revista de administração, contabilidade e economia*, 13(2), 571-608.
- Ayers, B. C., Schwab, C. M., & Utke, S. (2015). Noncompliance with mandatory disclosure requirements: The magnitude and determinants of undisclosed permanently reinvested earnings. *The Accounting Review*, 90(1), 59-93.
- Bairral, M. A. D. C., Silva, A. H. C., & Alves, F. J. D. S. (2015). Transparência no setor público: uma análise dos relatórios de gestão anuais de entidades públicas federais no ano de 2010. *Revista de Administração Pública*, 49, 643-675.
- Bairral, M. A. D. C., Ferreira, M. C., & Bairral, L. F. (2013). A assimetria informacional e os pareceres prévios de auditoria dos Tribunais de Contas Estaduais: uma abordagem reflexiva. *Pensar Contábil*, 14(55), 1-10. Recuperado em 5 abril, 2022, de <http://atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/1479/1327>

- Bakar, N. B. A., Saleh, Z., & Mohamad, M. H. S. (2011). Enhancing Malaysian public sector transparency and accountability: Lessons and issues. *European Journal of Economics, Finance and Administrative Sciences*, 31(31), 133-145.
- Banks, W., Fisher, J., & Nelson, M. (1997). University accountability in England, Wales, and Northern Ireland: 1992–1994. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 6(2), 211-226. Doi: [https://doi.org/10.1016/S1061-9518\(97\)90006-9](https://doi.org/10.1016/S1061-9518(97)90006-9)
- Bardin, L. (2004). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Blais, A., & Nadeau, R. (1992). The electoral budget cycle. *Public choice*, 74(4), 389-403.
- Boff, M. L. (2007). *Estratégias de legitimidade organizacional de Lindblom na evidenciação ambiental e social em relatórios da administração de empresas familiares* (Dissertação de Mestrado). Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, SC, Brasil.
- Brandão, H. P., & Borges-Andrade, J. E. (2020). Causas e efeitos da expressão de competências no trabalho: para entender melhor a noção de competência. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 8(3), 32-49. Doi: <https://doi.org/10.1590/1678-69712007/administracao.v8n3p32-49>
- Breusch, T. S., & Pagan, A. R. (1979). A simple test for heteroscedasticity and random coefficient variation. *Econometrika: Journal of the Econometric Society*, 47(5)1287-1294. Doi: <https://doi.org/10.2307/1911963>.
- Castro, C. D. M. (2000). Os dinossauros e as gazelas do ensino superior. In V. Meyer (Org.) *Dinossauros, gazelas & tigres. Novas abordagens da administração universitária. Um diálogo Brasil e EUA*. Florianópolis: Insular.
- Campos, D. D. S., Souza, N., Campos, A. B., Cunha, N., Magalhães, E. D., & Carvalho, R. M. M. A. (2008). Competências Gerenciais Necessárias aos Professores-Gerentes que atuam em pró-reitorias: o caso de uma Instituição Federal de Ensino Superior de Minas Gerais. *Encontro da Associação Nacionais de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 32.
- Carvalho, A. I. D., Vieira, A. S., Bruno, F., Motta, J. I. J., Baroni, M., Macdowell, M. C., & Côrtes, S. D. C. (2009). *Escolas de governo e gestão por competências: mesa-redonda de pesquisa-ação*. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Recuperado em 5 abril, 2022, de <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/398>
- Cooke, T. E. (1989). Disclosure in the corporate annual reports of Swedish companies. *Accounting and Business Research*, 19(74), 113-124.
- Consoni, S., Colauto, R. D., & Lima, G. A. S. F. D. (2017). A divulgação voluntária e o gerenciamento de resultados contábeis: evidências no mercado de capitais brasileiro. *Revista Contabilidade & Finanças*, 28(2), 249-263. Recuperado em 5 abril, 2022, de <https://www.redalyc.org/pdf/4815/481549226002.pdf>

- Costa, I. L. D. S., Correia, T. D. S., Paulo, E., & Lucena, W. G. L. (2018). Impacto do disclosure voluntário: valor da empresa e informações socioambientais nas companhias abertas. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança-CGG*, 21(2), 271-287.
- Covre, J., & Mattos, L. B. (2018). A situação fiscal e os ciclos políticos nos municípios brasileiros: uma análise a partir de dados em painel espacial. In *Anais do XLIV Encontro Nacional de Economia*, 58.
- Cruz, C. F., Ferreira, A. C. D. S., Silva, L. M. D., & Macedo, M. Á. D. S. (2012). Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. *Revista de Administração Pública*, 46(1), 153-176
- Dias, B. P., Nossa, V., & Mont-Mor, D. S. (2018). O investimento público influencia na reeleição? Um estudo empírico nos municípios do estado do Espírito Santo. *Revista de Administração Pública – RAP*, 52(05), 880-898. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612172594>
- Dias, B. P., Nossa, V., & Mont-Mor, D. S. (2018). O investimento público influencia na reeleição? Um estudo empírico nos municípios do estado do Espírito Santo. *Revista de Administração Pública – RAP*, 52(05), 880-898. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612172594>
- Dutra, J. S. (2004). *Competências: conceitos e instrumentos para a gestão de pessoas na empresa moderna*. São Paulo: Atlas.
- Carpini, M. X. D., & Keeter, S. (1996). *What Americans know about politics and why it matters*. New Haven: Yale University Press.
- Lei n. 11.091, de 12 de janeiro de 2005* (2005). Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. . Brasília, DF. Recuperado em 5 abril, 2022 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm
- Gandía, J. L., & Archidona, M. C. (2008). Determinants of web site information by Spanish city councils. *Online Information Review*, 32(1), 35-57.
- Guimarães, T. A. (2000). A nova administração pública e a abordagem da competência. *Revista de administração pública*, 34(3), 1-16.
- Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008* (2008). Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. . Brasília, DF. Recuperado em 5 abril, 2022 de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm
- Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011* (2011). Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado em 5 abril, 2022 de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm

Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 (2000). Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado em 5 abril, 2022, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm

Lei Complementar n. 131, de 27 de maio de 2009 (2009). Acrescenta dispositivos à Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Brasília, DF. Recuperado em 5 abril, 2022, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm

Fernandes, F. D. C. de. M. (2009). Gestão dos Institutos Federais: o desafio do centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. *Holos*, 25(2), 1-8.

Iudícibus, S. D., Martins, E., Gelbcke, E. R., & Santos, A. D. (2006). *Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades*. São Paulo: Atlas.

Fleury, A.; Fleury, M. T. L. (2001). Construindo o conceito de competências. *Revista de Administração Contemporânea*, 5(spe), 183-196. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1415-65522001000500010>

Franco, L. M. G., Rezende, D. A., Figueiredo, F. de C., & Nascimento, C. do. (2014). Nível de divulgação eletrônica da contabilidade pública dos municípios do Paraná no ambiente da Internet. *Revista de Ciências da Administração*, 16(38), 140-153.

Gujarati, D. (2006). *Econometria Básica*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Gujarati, D, N, & Porter, D. C. (2011). *Econometria básica*. Porto Alegre: AMGH.

Hendriksen, E. S., & Van Breda, M. F. van (1999). *Teoria da contabilidade*. São Paulo: Atlas.

Hossain, M. (2008). The extent of disclosure in annual reports of banking companies: The case of India. *Accounting & Information Systems - Qatar University Digital Hub*. Recuperado em 5 abril, 2022, de <http://hdl.handle.net/10576/10429>

Ismail, S., & Abu Bakar, N. B. (2011). Práticas de relato de universidades públicas da Malásia: a extensão da divulgação de prestação de contas. Africano. *Journal of Business Management*, 5(15), 6366-6376.

- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (2019). *Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure*. In *Corporate Governance*. United Kingdom: Gower.
- Klein, F. A. (2010). Incentivos da reeleição e ciclo político-orçamentário: evidência do Brasil. *Revista de Administração Pública*, 44(2), 283-337.
- Koester, A., Shevlin, T., & Wangerin, D. (2017). The role of managerial ability in corporate tax avoidance. *Management Science*, 63(10), 3285-3310. Doi: <https://doi.org/10.1287/mnsc.2016.2510>
- Laswad, F., Fisher, R., & Oyelere, P. (2005). Determinants of voluntary Internet financial reporting by local government authorities. *Journal of Accounting and Public Policy*, 24(2), 101-121. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2004.12.006>
- Le Boterf, G. (2003). Desenvolvendo a competência dos profissionais. In *Desenvolvendo a competência dos profissionais (Monografia)*. Sec. Est. Saúde SP / SESSP-ISACERVO, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Loureiro, M. R., Teixeira, M. A. C., & Prado, O. (2008). Construção de instituições democráticas no Brasil contemporâneo: transparência das contas públicas. *Organizações & Sociedade*, 15(47), 107-119. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1984-92302008000400006>
- Maingot, M., & Zeghal, D. (2008). An analysis of voluntary disclosure of performance indicators by Canadian universities. *Tertiary Education and Management*, 14(4), 269-283.
- Matos, E. F. (2018). *Transparência ativa dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e o papel do Contador Público* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Teófilo Otoni, MG, Brasil. Recuperado em 5 abril, 2022, de <http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/handle/1/1933>
- Molinari, A. P., & Clazer, E. A. (2015). Índices de transparência: Um estudo nos municípios que compõem a AMCESPAR. In *Congresso de Gestão Estratégica: Tecnologia e o Impacto nas Organizações*. Ponta Grossa, PR, Brasil.
- Monteiro, A. (2014). *Aferição do grau de cumprimento às obrigações de transparência ativa constantes da Lei de Acesso à Informação por Universidades Federais do Brasil* (Dissertação de mestrado). FGV EBAPE, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Recuperado em 5 abril, 2022, de <http://hdl.handle.net/10438/12440>
- Murcia, F. D. R., & Santos, A. dos. (2009). Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário das companhias abertas no Brasil. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade - REPeC*, 3(2), 72-95. Doi: <https://doi.org/10.17524/repec.v3i2.68>

- Nakaguma, M. Y., & Bender, S. (2006). A emenda da reeleição e a Lei de Responsabilidade Fiscal: impactos sobre ciclos políticos e performance fiscal dos Estados (1986-2002). *Economia aplicada*, 10(3), 377-397. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-80502006000300005>
- Nelson, M., Banks, W., & Fisher, J. (2003). Divulgações de responsabilidade aprimoradas por universidades canadenses. *Canadian Accounting Perspectives*, 2(1), 77-107.
- Nordhaus, W. D. (1975). The political business cycle. *The Review of Economic Studies*, 42(2), 169-190.
- Owusu-Ansah, S. (1997). The determinants of voluntary financial disclosure by Swiss listed companies: A comment. *European Accounting Review*, 6(3), 487-492.
- Silva, M. A. da. (2000). A aprendizagem de professores da universidade de santa catarina paradigir unidades universitárias (Tese de doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
- Wallace, R. O., & Naser, K. (1995). Firm-specific determinants of the comprehensiveness of mandatory disclosure in the corporate annual reports of firms listed on the stock exchange of Hong Kong. *Journal of Accounting and Public Policy*, 14(4), 311-368.
- Ormond, D., & Löffler, E. (1999). A nova gerência pública. *Revista do Serviço Público*, 50(2), 66-96. Doi: <https://doi.org/10.21874/rsp.v50i2.347>
- Oliveira, R. R., Silva, A. M. C. D., & Moraes, M. C. C. D. (2011). Transparência do orçamento governamental dos países: um estudo acerca da associação entre IAO, IDH, PIB e IPSAS. *Pensar Contábil*, 10(42), 1-8.
- Penengo, M. (1997). O papel do gerente público em processos de mudança. *Revista do Serviço Público*, 48(1), 79-89.
- Pereira, A. L. C., & Silva, A. B. D. (2011). As competências gerenciais nas instituições federais de educação superior. *Cadernos EBAPE*, 9(spe 1), 627-647. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1679-39512011000600010>
- Ponte, V. M. R., Oliveira, M. C., Moura, H., & Carmo, R. C. D. A. D. (2007). Análise das práticas de evidenciação de informações obrigatórias, não-obrigatórias e avançadas nas demonstrações contábeis das sociedades anônimas no Brasil: um estudo comparativo dos exercícios de 2002 e 2005. *Revista Contabilidade & Finanças*, 18(45), 50-62. Doi <https://doi.org/10.1590/S1519-70772007000400005>
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2012). Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil Recuperado em 5 abril, 2022 de <http://www.pnud.org.br/atlas/>

- Rátis, S. P. N., & Costa, F. M. (2012). *Determinantes para o atraso na divulgação das contas públicas anuais dos municípios do Estado do Espírito Santo* (Dissertação de mestrado). Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças – FUCAPE, Vitória, ES, Brasil.
- Rocha, L. L. R., & Costa, F. M. da. (2016). Determinantes para divulgação voluntária de demonstrações contábeis em websites de municípios do Estado do Rio de Janeiro. *Revista de Contabilidade da UFBA*, 10(3), 88-112. Doi: <https://doi.org/10.9771/rc-ufba.v10i3.18083>
- Salotti, B. M., & Yamamoto, M. M. (2005). Ensaio sobre a teoria da divulgação. *BBR-Brazilian Business Review*, 2(1), 53-70.
- Santana, J. J. B. D. Jr. (2008). *Transparência fiscal eletrônica: uma análise dos níveis de transparência apresentados nos sites dos poderes e órgãos dos Estados e do Distrito Federal do Brasil* (Dissertação de mestrado). Universidade de Brasília – UnB, Recife, PE, Brasil. Recuperado em 5 abril, 2022, de <https://repositorio.unb.br/handle/10482/4018>
- Serrano-Cinca, C., Rueda-Tomás, M., & Portillo-Tarragona, P. (2009). Factors influencing e-disclosure in local public administrations. *Environment and Planning C: Government and Policy*, 27(2), 355-378. Doi: <https://doi.org/10.1068/c07116r>
- Schlegel, R. (2010). *Educação e comportamento político. Os retornos políticos decrescentes da escolarização brasileira recente* (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, SP, Brasil.
- Simionovski, C. S., Buchele, C. M., Herling, G. M., Herling, L. H. D., Lima, M. V. A. D., & Moreira, R. T. E. (2013). Disposição dos recursos nos institutos federais de ensino: um estudo de caso nas instituições do rio grande do sul. *XIII Coloquio de Genti3n Universitaria en Am3ricas*. Recuperado em 5 abril, 2022, de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/113148>
- Siqueira, F. F. de. (2016). Ciclo político: uma revis3o liter3ria. *Informa33es Fipe-Fundaa3o Instituto de Pesquisas Econ3micas*, (427), 57-66. Recuperado em 5 abril, 2022, de <https://downloads.fipe.org.br/publicacoes/bif/bif427-57-66.pdf>
- Souza, E. C. L. de. (2002). A capacita33o administrativa e a forma33o de gestores governamentais. *Revista de Administra33o P3blica*, 36(1), 1-16.
- Steccolini, I. (2002). Local government annual report: an accountability medium? [Working Paper No. 02-81]. *SDA Bocconi Research Division*, It3lia, MI.
- Sakurai, S. N., & Menezes, N. A. F. (2007). Pol3tica fiscal e reelei33o nos munic3pios brasileiros: uma an3lise via dados em painel para o per3odo 1988-2000. *Anais do XXXV Encontro Nacional de Economia*. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 35. Recuperado em 5 abril, 2022, de <http://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A033.pdf>

- Tavares, M. G. (2012). Evolução da rede federal de educação profissional e tecnológica: as etapas históricas da educação profissional no Brasil. *Seminário de pesquisa em educação da região sul*, 9(1), 1-21.
- Wong, W., & Welch, E. (2004). Does e-government promote accountability? A comparative analysis of website openness and government accountability. *Governance*, 17(2), 275-297.
- Verrecchia, R. E. (2001). Essays on disclosure. *Journal of accounting and economics*, 32(1-3), 97-180.
- Zuccolotto, R., & Teixeira, M. A. C. (2014). As causas da transparência fiscal: evidências nos estados brasileiros. *Revista Contabilidade & Finanças*, 25(66), 242-254. Doi: <https://doi.org/10.1590/1808-057x201410820>